Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL

31 de dezembro de 2022

Com Relatório do Auditor Independente

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

São Paulo, 13 de junho 2023

ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.ª. o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de **2022 e 2021 da Associação Legisla Brasil.**

Atenciosamente

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 4-6

Anexos:

Balanços patrimoniais

Demonstração do resultado do período

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL

CNPJ. 30.257.673/0001-92

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL**, que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2.022,** e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade, em **31 de dezembro de 2.022,** o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 13 de junho 2.023

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819

Assinado de forma digital por ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2023.06.15 17:47:03 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador CRC.: 1SP 187.003/ O- 0

CNAI-SP-1620

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO (14782348819)
Data: 6/15/2023 5:42:32 PM -03:00

FENACON DOC
ASSINADOR DE DOCUMENTOS
SISTEMA SESCAP | SESCON

ICP Brasil

VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 386A7-3A96C-DBFD6-E8214

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

https://fenacondoc.com.br/valida-documento/386A7-3A96C-DBFD6-E8214

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:

Associação Legisla Brasil

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais - R$)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	263.537	429.919
Contas a receber	7	39.443	11.318
Adiantamento a fornecedores	8	-	16.387
Impostos a compensar	9	7.273	6.788
Despesas antecipadas		-	163
		310.253	**464.575**
Não Circulante			
Imobilizado	10	17.023	9.347
		17.023	**9.347**
Total do ativo		**327.276**	**473.922**

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas	11	4.454	33.102
Obrigações tributárias	12	1.340	-
Fornecedores	13	6.468	5.270
		12.262	**38.372**
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		435.550	446.628
Déficit / Superávit do exercício		(120.536)	(11.078)
		315.014	**435.550**
Total do passivo e patrimônio líquido		**327.276**	**473.922**

As notas explicativas são parte integrante das decomonstrações contábeis

Associação Legisla Brasil

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais - R$)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais	15		
Doações Pessoa Juridica		**623.783**	356.615
Doações Pessoa Física		**379.753**	308.844
Doações Anônimas		**1.700**	-
Prestação de Serviços		**291.985**	173.587
Outras receitas		**1.557**	-
		1.298.778	**839.046**
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		**(444.286)**	(327.351)
Serviços de Terceiros		**(711.453)**	(497.601)
Viagens		**(8.039)**	(6.313)
Ocupação		**(31.687)**	-
Administrativas e gerais		**(193.066)**	(11.908)
Despesas tributárias		**(38.150)**	(17.666)
Depreciação		**(2.296)**	(1.049)
		(1.428.977)	**(861.888)**
Resultado operacional		**(130.199)**	**(22.842)**
Resultado financeiro	16		
Receita financeira		**34.742**	13.892
Despesa financeira		**(25.079)**	(2.128)
		9.663	**11.764**
Déficit do exercício		**(120.536)**	**(11.078)**

As notas explicativas são parte integrante das decomonstrações contábeis

Associação Legisla Brasil

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais - R$)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.830	419.798	**446.628**
Transferência do superavit do exercício anterior	419.798	(419.798)	**-**
Déficit do exercício	-	(11.078)	**(11.078)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**446.628**	**(11.078)**	**435.550**
Transferência do superavit do exercício anterior	**(11.078)**	**11.078**	**-**
Déficit do exercício	**-**	**(120.536)**	**(120.536)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**435.550**	**(120.536)**	**315.014**

As notas explicativas são parte integrante das decomonstrações contábeis

Associação Legisla Brasil

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais - R$)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(120.536)	(11.078)
Depreciações	2.296	1.049
	(118.240)	**(10.029)**
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(28.125)	(34.197)
Adiantamento a fornecedores	16.387	-
Impostos a compensar	(485)	-
Despesas antecipadas	163	93
	(12.060)	**(34.104)**
Aumento (diminuição) de passivos		
Obrigações trabalhistas	**(28.648)**	25.665
Obrigações tributárias	1.340	-
Fornecedores	1.198	(1.538)
	(26.110)	**24.126**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(156.410)**	**(20.006)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens e direitos para ativos	(9.972)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(9.972)**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(166.382)**	**(20.006)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	429.919	449.925
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	263.537	429.919
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**(166.382)**	**(20.006)**

As notas explicativas são parte integrante das decomonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída em 19 de abril de 2018, sob a forma de associação com o objetivo social recrutar, selecionar, treinar e alocar estagiários e profissionais no Poder Legislativo das esferas municipal, estadual, e federal, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Rua Haddock Lobo, nº 999, apto 41, CEP 01414-001, Cerqueira César, São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 30.257.673/0001-92, sem fins lucrativos, de natureza cultural, e se rege pelo Estatuto Social e legislação aplicável. Tem como objetivos principais, conforme art. 2º:

- Realizar ações de recrutamento, seleção e alocação de profissionais para atuação no Poder Legislativo das esferas, municipal, estadual e federal;
- Organizar e realizar, diretamente ou por meio de parceiros, programas de formação e treinamento, por meio de aulas, cursos, workshops, palestras, seminários e quaisquer outras ações educacionais visando à capacitação de pessoas para atuação no Poder Legislativo.
- Realizar ações visando a formação de lideranças, como atividades de “coaching”, mentoria, treinamentos em “soft skills” e quaisquer outras que se mostrarem necessárias à consecução dos objetivos sociais da Associação.

2. Apresentação das demonstrações

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e orientações contidas na intepretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução n.º1.409/12.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade de continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Entidade.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela Administração em 09 de junho 2.023.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo,

exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos, e os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existem estimativas contábeis com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

4. Principais políticas contábeis

4.1. Apuração de superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas das contribuições dos associados contribuintes são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

As despesas com doações são registradas quando os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa

4.2. rabalhos voluntários - receita e despesa

Conforme estabelecido na intepretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive o trabalho não remunerado dos membros integrantes de órgãos e conselhos a Administração, mensurando-as ao seu valor justo considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Esses serviços foram mensurados com base em uma estimativa do seu valor justo.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício, assim como as despesas operacionais, mensurado pelo mesmo valor. Como não há remuneração paga por esse trabalho voluntário, não há ativo ou passivo reconhecido por essas receitas.

4.3. Instrumentos financeiros

a) **Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

b) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo desses ativos são reconheci fidas no resultado do exercício.

c) **Custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

d) **Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

4.4. Redução ao valor recuperável (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço para apurar se há evidencia objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial de ativo, e que aquele evento de perda tem um efeito negativo nos fluxos de caixa projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração avaliou e conclui que não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança no valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao custo amortizado”.

4.6. Provisão para demandas judiciais

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

A administração ratifica, por meio de seus assessores jurídicos que não há contingências a serem registradas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), não são devidos em decorrência da isenção tributária, por trata-se de uma entidade sem fins lucrativos (nota 13).

4.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9. Patrimonial Social

O patrimônio social é constituído por superávits ou déficits acumulados dos exercícios, sendo que os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

5. Caixas e equivalentes de Caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento	**333**	11
Bancos conta aplicação	**263.203**	429.908
	263.537	429.919

6. Contas a receber

	2022	2021
Duplicatas a receber	39.443	11.318
	39.443	11.318

7. Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamentos	**-**	16.387
	-	16.387

8. Tributos a recuperar

	2022	2021
Impostos a compensar	**7.273**	6.788
	7.273	6.788

9. Imobilizado

	Tx. Depreciação Anual	2022	2021
Equipamentos Proc. de Dados	20%	**9.972**	-
Equipamentos e Instalações	10%	**10.493**	10.493
		20.465	**10.493**
Total Custo		**20.465**	**10.493**
Depreciação acumulada		(3.442)	(1.145)
Imobilizado líquido		**17.023**	**9.347**

10. Obrigações Trabalhistas

	2022	2021
INSS a Recolher	**-**	20.983
ISSQN a Recolher	**2.025**	-
IRRF 0561 a Recolher	**2.429**	12.119
	4.454	**33.102**

11. Obrigações Tributárias

	2022	2021
COFINS Rec. Bruta a Recolher	**418**	-
IRRF 1708 a Recolher	**225**	-
PIS/COF/CSLL 5952 a Recolher	**698**	-
	1.340	**-**

12. Contas a Pagar

	2022	2021
Fornecedores a Pagar	**2.811**	5.055
Aluguéis a Pagar	**3.657**	-
Outras Contas a Pagar	**-**	215
	6.468	**5.270**

13. Patrimônio líquido

	2022	2021
Patrimônio social	**435.550**	446.628
Déficit do exercício	**(120.536)**	(11.078)
	315.014	435.550

Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído por déficits e/ou superávits acumulados desde a fundação da Entidade.

Destinação do resultado

O superávit apurado no exercício será destinado à manutenção das atividades, em atendimento ao princípio contábil da continuidade da entidade e aos dispositivos legais vigentes, aplicáveis às instituições sem finalidade de lucros.

14. Receitas operacionais

	2022	2021
Doações Pessoa Jurídica	**623.783**	**356.615**
Doações Pessoa Física	**379.753**	**308.844**
Doações Anônimas	**1.700**	**-**
Prestação de Serviços	**291.985**	**173.587**
Outras receitas	**1.557**	**-**
	1.298.778	839.046

15. Receitas operacionais

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	**34.742**	13.892
	34.742	13.892
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	**(25.079)**	(2.128)
	(25.079)	(2.128)
	9.663	11.764

16. Aspectos tributários e renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e
Programa de Integração Social (PIS).

A entidade atende aos requisitos da legislação sendo isenta do Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento das condições prevista na Lei nº9.532, de 1997 e Lei nº9.718, de 1998 e de acordo com o artigo 184 do Regulamento de Imposto de renda da Pessoa Jurídica e aprovado pelo Decreto nº9.580/18 e em conformidade das exigências constantes na Lei 9.532/97.

Em relação ao Programa de Integração Social (PIS), a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição calculada sobre a folha de salário à alíquota de 1% de acordo com a Lei 9.532/97 e Medida Provisória nº2.158-35, de 24 de agosto de 2021.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Entidade possui o benefício de isenção do pagamento incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, de acordo com a Lei 9.178/98 e MP nº2.158/01.

17. Instrumentos financeiros

a) Estimativa do valor justo.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

b) Identificação dos principais instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2022	2021
Banco conta movimento	2	333	11
Banco conta aplicação	2	263.203	429.908

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo da Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O pronunciamento Técnico PME descreve três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1 – A melhor evidência do valor justo é preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
Nível 2 – Quando preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação

recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;

Nível 3 – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

c) Gestão de risco

i. Risco de crédito – É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados por caixa e equivalentes de caixa.

ii. Risco de preço – Relacionado as taxas de juros e correções monetárias dos contratos de prestação de serviços com fornecedores.

iii. Risco de liquidez – É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

18. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade não adotou em 2022 e 2021 a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, no entanto, mantém como estratégia uma apólice para cobrir a responsabilidade de administradores D&O.

São Paulo,31 de dezembro de 2.022

Luciana Paes Elmais
CPF:435.831.208-09
Diretora Executiva

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC:1SP267754/O-2
CPF:361.142.368-82